



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**D I Á R I O**  
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Fernando Faria (substituído no decurso da Sessão pelo Deputado Reis Leite)

**Secretários:** Deputados Jorge Cabral e Manuel Valadão

## SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

No **Perfodo de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência, tendo sido lidos alguns requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região, usaram da palavra a: diverso título, os Srs. Deputados Simas Santos (PS), Manuel Serpa (PS) e Hélió Pombo (PS).

No **Perfodo da Ordem do Dia** deu-se continuidade à Ordem de Trabalhos da Sessão anterior, com as declarações de voto, relativas à votação sobre as Propostas do Plano e do Orçamento da Região para 1987, em que usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Manuel Serpa (PS) e Jorge Cruz (PSD).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Gratificação a atribuir aos responsáveis pela gestão das escolas".**

Sobre esta Proposta o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento, no sentido da mesma baixar novamente à Comissão.

Posta à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Cruz (PSD), Francisco Sousa (PS), José Decq Mota (PCP) e Alvarino Pinheiro (CDS).

- **Proposta de Resolução sobre a "Criação duma Comissão Eventual para acompanhamento das acções relativas à implementação da Zona Franca de Santa Maria".**

Feita a apresentação da Proposta, pelo Sr. Deputado José Resendes (PS), seguiu-se um perfodo destinado a pedidos de esclarecimento e respectivas respostas em que intervieram os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (CDS), José Decq Mota (PCP), José Resendes (PS) e Jorge Cruz (PSD).

De seguida entrou-se no debate, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Álvaro Monjardino (PSD), José Decq Mota (PCP), José Manuel Bettencourt (PS), Dionísio de Sousa (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Natalino Viveiros (PSD) e José Resendes (PS).

Submetida à votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com 16 votos do PSD e 1 do PCP contra, registando 9 votos do PS, 1 do CDS e 1 do PSD a favor.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Dionísio de Sousa (PS) e Alvaro Monjardino (PSD).

- Finalmente, foi aprovada, por unanimidade, uma **Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Regional, dando por findo o período legislativo de Novembro.**

Os trabalhos terminaram às 13.30 horas.

**Presidente:** Bom dia, Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. O Sr. Secretário faz favor de fazer a chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Manuel Ávila, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão; **PS** - Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Resendes, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro; **PCP** - José Decq Mota).

**Presidente:** Estão presentes 25 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

**Período de Antes da Ordem do Dia.** Correspondência:

- Do Sr. Presidente do Tribunal Constitucional uma notificação para, nos prazos estabelecidos, a Assembleia Regional se pronunciar acerca dum pedido de fiscalização preventiva da constitucionalidade de todas as normas constantes do Decreto Legislativo Regional nº 30/86, que foi apresentado pelo Sr. Ministro da República. Já foi distribuído à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, para habilitar o Presidente da Assembleia a responder, nos prazos legais, ao Tribunal Constitucional.

- Também do Tribunal Constitucional um telex a comunicar que no processo relativo à apreciação preventiva da inconstitucionalidade de todas as normas do Decreto Legislativo Regional nº 19/86, relativo à Orgânica da Segurança Social, o Tribunal Constitucional se pronunciou pela inconstitucionalidade de todas as normas. Já foi distribuído pelos Srs. Deputados fotocópica deste telex.

- Do Sindicato Livre dos Pescadores uma exposição dirigida ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados da Assembleia Regional, com conhecimento a outras entidades regionais, relativa ao preço do gasóleo para a pesca. Está aqui à disposição dos Srs. Deputados que a queiram consultar.

Passamos aos requerimentos. Peço aos Srs.

Secretários que façam o favor de os ler.

**Secretário (Manuel Valadão):** Um requerimento do Sr. Deputado Regional Jorge do Nascimento Cabral:

"1) A importância do sector energético numa Região insular assume particular relevância, o que pressupõe um largo consenso sobre o aproveitamento e uso dos recursos próprios, ao qual a Assembleia Regional deve estar inteiramente ligada.

2) O projecto geotérmico é, pelo investimento que exige e pelo impacto económico que poderá produzir na economia, um assunto que requer adequado e indispensável acompanhamento por parte dos representantes do povo açoriano eleitos para esta Assembleia Regional.

3) Na sequência, é importante que haja uma necessária informação sobre a matéria, por via a conseguir-se a criação de um consenso objectivo.

4) Na apreciação do Plano para 1987, o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria informou a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros que a parte privada do consórcio estava a solicitar o aval do Governo da República no sentido de assumir a quota parte do risco que lhe cabe.

5) Parece que essa posição dos elementos privados do consórcio altera o espírito inicial e afasta a repartição de risco, que passa a ser, por via disso, por conta, exclusivamente, das entidades públicas, segundo se pode deduzir dos recentes relatos efectuados pela Imprensa.

6) Assim, e ao abrigo das disposições legais aplicáveis, solicito que me sejam fornecidos os seguintes elementos:

- a) - contrato da "joint-venture" e respectivos anexos;
- b) - regulamento do consórcio;
- c) - estrutura prevista para o respectivo Gabinete;
- d) - outros documentos que possam suportar e fundamentar a análise económica e financeira do projecto.

7) Solicito ainda que este projecto seja acompanhado pela Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, a quem devem ser entregues igualmente cópias deste requerimento e dos documentos

que o Governo Regional vier a fornecer.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Novembro de 1986.

**O Deputado Regional:** Jorge do Nascimento Cabral".

**Secretário (Jorge Cabral):** Um requerimento dos Srs. Deputados Regionais Manuel Serpa e Simas Santos, do seguinte teor:

"Atendendo a que no Plano para 1987 se faz referência à expropriação de terrenos anexos aos portos do Pico e à construção de estruturas de apoio;

Atendendo a que o Clube Naval da Madalena tem tido sérias dificuldades na consecução de uma sede para apoio das suas actividades.

Perguntamos, ao abrigo das disposições estatutárias regimentais aplicáveis ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

1º) Nos terrenos existentes ou nos que irão ser expropriados, há lugar para a construção da sede do Clube Naval da Madalena?

2º) Em caso negativo, existem alternativas viáveis para a construção da referida estrutura?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1986.

**Os Deputados Regionais do PS:** Manuel Serpa, Simas Santos".

**Secretário (Manuel Valadão):** Um requerimento do Sr. Deputado Regional Manuel Goulart, que diz o seguinte:

"Considerando os graves prejuízos causados à população rural da Ilha do Faial, pela decisão de impedir os utentes dos transportes colectivos de passageiros desta ilha de transportarem qualquer género de carga, nas suas deslocações de e para a cidade da Horta;

Considerando que os utentes dos transportes públicos são, normalmente, as pessoas de menos recursos económicos;

Considerando que os residentes das freguesias rurais aproveitam as suas deslocações à cidade para efectuarem a aquisição de bens que não encontram no meio onde vivem.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requeiro, ao Governo Regional, que me informe o seguinte:

1. Tem a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo conhecimento desta situação?

2. Que medidas tomou ou pensa tomar a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo para solucionar este problema?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1986.

**O Deputado Regional do PS:** Manuel Goulart".

**Secretário (Jorge Cabral):** Requerimento dos Srs. Deputados Simas Santos e Manuel Serpa do

seguinte teor:

"Atendendo a que os estudantes que no Concelho de Lajes do Pico trabalharam no âmbito da O.T.L. e que terminaram esse trabalho em 4 de Setembro passado, ainda não receberam a segunda prestação.

Perguntamos ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, ao Sr. Secretário Regional do Trabalho:

1. Quais as razões porque esse pagamento não foi ainda satisfeito?

2. Quando será esse pagamento efectuado?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1987.

**Os Deputados Regionais do PS:** Simas Santos, Manuel Serpa".

**Secretário (Manuel Valadão):** Mais um requerimento dos Srs. Deputados Simas Santos e Manuel Serpa:

"Considerando que os beneficiários do ADME, serviço de assistência do exército, compreendem civis residentes nas diferentes ilhas;

Considerando que os Hospitais Concelhos - futuros Centros de Saúde - têm que atender, em pé de igualdade, todos os utentes da sua área independentemente do sub-sistema de assistência em que estão incluídos;

Considerando que um utente do ADME foi recentemente informado num Hospital Concelhio da Região que os serviços administrativos dessa unidade desconheciam a tramitação a utilizar em relação àquele sub-sistema e que não foi encontrada qualquer disponibilidade para que tal problema fosse devidamente esclarecido;

Perguntamos, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais o seguinte:

1. Qual a situação dos utentes, beneficiários do ADME, perante o Hospital Concelhio da sua área de residência?

2. Existe algum estatuto de excepção em relação àqueles beneficiários na rede oficial de Cuidados Médicos da Região?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1986.

**Os Deputados Regionais do PS:** Simas Santos, Manuel Serpa".

**Secretário (Jorge Cabral):** Ainda dos Srs. Deputados Simas Santos e Manuel Serpa, o seguinte requerimento:

"A emancipação desportiva da Ilha do Pico tem sido conseguida com coragem, suor e lágrimas.

Apesar de uma prática desportiva, com presença destacada a nível regional, a ilha carece de infraestruturas capazes. Veja-se o caso do Desportivo Lajense que passou a primeira eliminatória da Taça de Portugal jogando extra-muros.

Atendendo a que o actual campo de futebol

da Madalena não oferece condições para a prática da modalidade e que está na situação de reserva cuatelar em relação ao porto.

Perguntamos ao abrigo das disposições estatutárias regimentais aplicáveis:

Quais as perspectivas da Secretaria Regional dos Transportes em relação à hipotética construção de uma zona desportiva da Madalena, reservando para estrutura de apoio parte do actual campo de futebol.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1986.

**Os Deputados Regionais do PS:** Manuel Serpa, Simas Santos".

**Secretário (Manuel Valadão):** Mais um requerimento, dos mesmos Srs. Deputados, que diz o seguinte:

"Considerando que desde 1971 (!), os Serviços Médico-Sociais da Horta pagam a quantia de 150\$00 a título de reembolso por cada consulta de Clínica Geral efectuada na clínica privada sempre que o doente se encontre munido do impresso "59 S.M.";

Considerando que essa quantia não sofreu qualquer indexação ao longo destes anos, mesmo tendo em conta a enorme inflação, entretanto, verificada; e

Considerando que outros actos médicos e mesmo para-médicos têm sido adequadamente actualizados citando-se, a título de exemplo, que uma extracção dentária simples é reembolsada com 500\$00 ou extracção complicada com 1.000\$00, actos que poderão ser executados por não médicos;

Considerando que uma consulta médica é um acto clínico que apenas pode ser prestada por Licenciados em Medicina e a que, frequentemente, e mercê de falta de resposta dos serviços oficiais, os utentes têm que recorrer.

Perguntamos, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, o seguinte:

1. Quais as razões porque o montante desse reembolso jamais foi, ao longo destes anos, actualizado?

2. Tenciona essa Secretaria proceder a uma adequada indexação?

3. Em caso negativo, quais as razões para tal discriminação?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1986.

**Os Deputados Regionais do PS:** Simas Santos, Manuel Serpa".

**Secretário (Jorge Cabral):** Resposta a um requerimento do Sr. Deputado José Decq Mota, do Partido Comunista Português, sobre "Regime jurídico do trabalho rural":

"Em 1979 a Assembleia Regional dos Açores

aprovou um diploma sobre o Regime Jurídico do Trabalho Rural - Decreto Regional nº 24/79/A, de 7 de Dezembro. No respectivo preâmbulo previa-se "um período mínimo de um ano para se conhecer das virtualidades e omissões do presente diploma, após o que outras medidas serão tomadas".

Decorridos alguns anos de vigência daquele diploma considerou a Secretaria Regional do Trabalho que seria oportuno proceder à sua reapreciação com vista à preparação de um projecto de proposta de Decreto Legislativo Regional.

Para tanto, na base de um primeiro anteprojecto procedeu-se a uma ampla auscultação aos parceiros sociais e demais entidades interessadas com vista a carrear para o processo todas as opiniões válidas, enriquecendo-o, assim, desde o início.

Acontece, no entanto, que um processo legislativo desta natureza é, naturalmente, complexo e demorado. E, no caso presente, tal complexidade é acrescida pela diversidade que a matéria a regulamentar assume nas diferentes ilhas e, pelas características e estrutura de que as relações do trabalho rural se revestem na Região.

Assim os dados estatísticos disponíveis indicam que:

a) A estrutura fundiária se caracteriza por serem largamente predominantes as explorações agrícolas por conta própria e a produção destinada ao auto-consumo. Do mesmo modo, a execução do trabalho por mão-de-obra essencialmente familiar abrange em média 87% das explorações agrícolas;

b) Cerca de 89% das explorações tem menos de cinco pessoas ao seu serviço;

c) Apenas cerca de 40% dos activos agrícolas trabalha por conta de outrém;

d) É muito pouco significativo o número de trabalhadores rurais que trabalha por conta de outrém em regime de tempo completo. Pelo contrário, a prestação de trabalho a tempo parcial é largamente predominante;

e) Na maior parte das nossas ilhas faz-se sentir já a falta de trabalhadores rurais, facto que leva a que os salários efectivamente pagos se situem muito acima do salário mínimo nacional e, nalguns casos, mesmo acima dos salários praticados noutros sectores.

Neste contexto, não é tarefa fácil elaborar regulamentação que, sem ser demasiado rígida ou condicionante, e sem gerar desfasamentos em relação à que vigora para outros sectores, introduza reais vantagens e regalias para os trabalhadores rurais.

De qualquer modo, cumpre esclarecer que o assunto continua em estudo com vista à preparação da referida regulamentação.

Com os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete:** António de Medeiros de Mendonça Dias".

**Secretário (Manuel Valadão):** Resposta a um requerimento, dos Srs. Deputados José Dinis dos Reis Resendes e João de Sousa Braga, provida da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo e relativa a "Receitas arrecadadas no aeroporto das Lajes".

"Reportando-me ao assunto, a que se refere o requerimento nº 1630 dos Deputados Regionais do PS, Srs. José Dinis dos Reis Resendes e João de Sousa Braga, remetido através do officio da Assembleia Regional, refª nº 2086 de 16 de Outubro, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional dos Transportes e Turismo de informar que as taxas de aterragem e estacionamento, que são cobradas directamente pela Força Aérea Portuguesa às Companhias que operam no aeroporto das Lajes, totalizaram os seguintes valores:

1985: 40.129.029\$50

1986 (até 30 de Setembro): 45.744.770\$00

Com os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete:** Marflia Isabel Lima".

**Secretário (Jorge Cabral):** Resposta a um requerimento dos Srs. Deputados António Simas Santos e Manuel Goulart Serpa, provida da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, sobre "Direcção técnica de farmácias":

"Para conhecimento de Sua Excelência o Presidente do Governo e ulterior comunicação à Assembleia Regional, encarrega-me o Sr. Secretário Regional de, sobre o assunto do requerimento em epígrafe, informar V. Exª de que reiteramos o conteúdo da nossa informação com base na qual foi elaborado o officio nº 169, de 16/07/86.

Com os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete:** Carlos Henrique Botelho Neves".

**Secretário (Manuel Valadão):** Resposta ao requerimento dos Srs. Deputados António Simas Santos e Manuel Serpa, oriunda da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, sobre "Empresa de Lanchas do Pico - Voos da Sata":

"Reportando-me ao requerimento nº 1640 dos Srs. Deputados Regionais do PS, António Simas Santos e Manuel Serpa, remetido a coberto do officio nº 2088 da Assembleia Regional, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional dos Transportes e Turismo de informar o seguinte:

A interligação dos diversos segmentos de transporte de passageiros, que passa pela compatibilização de horários, é preocupação desta Secretaria Regional.

No caso vertente, julga-se que tal ligação só será viável quando o Porto da Madalena permitir a pernoita das chamadas lanchas do Pico, estando em estudo as necessárias condições de protecção e abrigo.

Com os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete:** Marflia Isabel Lima".

**Secretário (Jorge Cabral):** Resposta ao requerimento dos Srs. Deputados António Simas Santos e Manuel Serpa, provida da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, sobre "Juntas Médicas no Pico":

"Para conhecimento de Sua Excelência o Presidente do Governo e, ulterior comunicação à Assembleia Regional, encarrega-me o Sr. Secretário Regional de, sobre o assunto do requerimento em epígrafe, informar V. Exª do seguinte:

1. As Juntas Médicas para acesso às consultas de especialidade realizar-se-ão, na Ilha do Pico, a partir de 20 de Novembro corrente.

2. A orientação referida no ponto 1, será reformulada em termos de um novo Regulamento de deslocação de doentes presentemente em fase de elaboração, na Direcção Regional de Saúde.

Com os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete:** Carlos Henrique Botelho Neves".

(Neste momento o Sr. Presidente, Deputado Reis Leite, assume a Presidência da Mesa)

**Presidente:** Tenho aqui na Mesa uma proposta de voto de saudação, apresentada pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, que o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler.

**Secretário (Manuel Valadão):** "Voto de saudação" Considerando que, pela Resolução nº 12/85, foi designada a data de 26 de Novembro para "Dia do Poder Local".

Nos termos do artigo 81º, nº 1, alínea b), do Regimento, a Assembleia Regional dos Açores resolve:

- Aprovar um voto de saudação a todos os autarcas da Região Autónoma dos Açores, testemunhando-lhes o seu apreço e estimulando-os a prosseguir no seu esforço em prol do bem-estar social, económico e cultural das nossas comunidades locais.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1986.

**O Deputado do PS:** Dionísio de Sousa".

**Presidente:** Pergunto se o Sr. Deputado proponente deseja apresentar este voto? Não acha necessário.

Assim sendo, ponho este voto à discussão nos termos regimentais, podendo usar da palavra um Deputado de cada Partido por um período máximo de 5 minutos.

Se não há intervenções, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O voto foi aprovado por unanimidade.

de.

**Presidente:** Vamos entrar agora no período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Simas Santos para uma intervenção.

**Deputado Simas Santos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumpra-nos, em primeiro lugar, aplaudir a decisão governamental de abrir no Pico o Ensino Complementar, pese embora a título experimental. Apesar de esse arranque experimental se fazer, mais uma vez e conforme é habitual, sob o signo dos concelhos perdendo-se o conceito de que o Pico constitui um universo próprio e global. Defeito congénito que poderá, mesmo, pôr em causa a qualidade final desse ensino e o seu próprio futuro.

Todavia trata-se de uma atitude positiva que nos cumpre realçar e aplaudir.

Mas, dada a insuficiência das áreas abertas e a data tardia em que essa abertura se concretizou, inúmeros estudantes do Pico viram-se obrigados à frequência do ensino complementar na cidade da Horta. Muitos dos quais, se não a maioria, provenientes de famílias de poucos recursos. Estudantes que vieram encontrar dificuldades de alojamento e, quase sempre, a preços exorbitantes.

Como se tem vindo a tornar tradicional, os estudantes provenientes de outras ilhas têm vindo a ser objecto de preços especulativos, muito além das possibilidades da grande maioria das bolsas.

Para tal deveria haver remédio mas este será, sempre, uma medida a prazo porque terá que implicar verbas e meios significativos.

Contudo há medidas que, não sendo de grande vulto, constituirão significativa melhoria para quem as usufruir.

Estaria, neste caso, uma medida de subsídio de deslocação de estudantes do Pico que estudam na Horta, subsídio a aplicar às viagens de férias e de fins de semana.

Medida que seria sempre de carácter transitório já que, fundamentalmente, nos move o desejo de um ensino secundário auto-suficiente e de qualidade no Pico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São muitos os estudantes procedentes da Ilha do Pico que não têm possibilidades económicas de passar o fim de semana em casa com tudo o que isso acarreta em termos emocionais e mesmo de equilíbrio pecuniário.

Quantos estudantes se vêem privados de trazer de casa os indispensáveis mantimentos para a semana por não poderem utilizar os fins de semana?

Quantos estudantes em precário equilíbrio

emocional e existencial se vêem privados do necessário apoio familiar? Quantos pais se angustiam por não poderem dar um melhor apoio aos seus filhos adolescentes?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma medida como esta, é uma daquelas que, na sua singeleza, virá resolver inúmeros "pequenos" problemas que fazem parte da nossa vida de todos os dias.

Afirmarei, mesmo, que é também, resolvendo "pequenos" problemas de todos os dias que um Governo se afirma junto dos cidadãos. Cidadãos a que escapam as grandes questões de macroeconomia ou de ideologia.

(Aplausos do PS e CDS)

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As ilhas dos Açores, no seu conjunto, constituem um belíssimo cartaz turístico. E um facto.

E, dentro de cada ilha, há locais, monumentos, paisagens, fenómenos naturais que são atracção, constam dos roteiros turísticos e merecem beneficiação e acompanhamento por parte de particulares e por parte das entidades responsáveis.

O ano de mil novecentos e oitenta e seis foi um ano trágico para o concelho da Madalena em relação a dois locais privilegiados de turismo. Os temporais de Fevereiro e o mar revoltado dos princípios de Novembro causaram graves danos na Quinta das Rosas e abalaram, de forma irreparável o Cachorro, destruindo o seu esbelto arco pequeno que, em revistas e postais, foi um dos maiores cartazes da ilha das negras penedias.

A Quinta das Rosas foi legado de um benemérito madalenense. Posteriormente foi acrescentada, aperfeiçoada e alindada pelos Serviços Agrícolas da Ilha do Pico. Era uma espécie de Oásis encantado na Montanha.

Os vendavais destruíram muito do seu valioso recheio, apresentando agora, aquele local, um panorama deveras desolador.

Quanto ao Cachorro, temia-se pela queda do seu majestoso arco, o que infelizmente veio a acontecer. Mantê-lo, sem beliscar as suas características originais, exigia estudos técnicos e laboratoriais difíceis; Não foi possível. Lamentamos.

Naturalmente que os responsáveis sentem como nós esta situação. Mas, há que fazer, bem e depressa, alguma coisa.

Espero que os responsáveis pela Quinta das Rosas desenvolvam, rapidamente esforços no sentido de repor o embelezamento destruído de modo que ela volta a ser a sala de visita natural da Fronteira.

Quanto ao Cachorro, já que não será possível erguer o que o mar levou resta a obrigação urgente de manter em segurança o que resta, refiro-me sobretudo ao arco maior, de modo que não se perca mais nada daquela extraordinária beleza natural. Não se julgue que estas coisas são de menos importância. Elas têm a sua importância. Fica o alerta nesta curtíssima intervenção. O alerta de um picaroto que, como tantos, vive e sente os problemas da sua ilha.

(Aplausos do PS e CDS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

**Hélio Pombo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Numa atmosfera que me parece bem mais calma do que a de ontem, eu gostava de voltar rapidamente à questão que ontem pus aqui sobre o desporto e dar alguns esclarecimentos.

Eu não vim aqui a esta tribuna para fazer um brilharete, como muitos dos Srs. Deputados vêm cá fazê-lo e estão no seu pleno direito. Eu vim a esta tribuna ontem pôr uma série de questões que, quanto a mim, eram importantes que se fizessem, porque muitas delas julgo eu - porque estou cá há muito menos anos do que grande parte dos Srs. Deputados - nunca tinham sido feitas e ficaram sem resposta.

O Sr. Secretário não está presente - e eu não gosto de falar nas costas das pessoas-, mas gostava de dizer o seguinte: o Sr. Secretário ontem zangou-se, estava no direito de o fazer ou não, mas a zanga em parte, e em relação à pessoa do Sr. Secretário, até deu jeito, porque ele não respondeu àquilo que tinha sido posto. Achou que aquilo que eu disse no fim da minha intervenção, não merecia resposta, o que não é justo nem está certo. O Sr. Secretário tinha o direito de se zangar, mas também tinha o dever de responder. Porque é que ele não respondeu!? Eu não sei, mas interrogo-me e julgo que os desportistas e todas as pessoas ligadas ao desporto na Região ficarão com essa interrogação.

O trabalho que eu produzi ontem aqui, não foi um trabalho feito de ânimo leve. Eu tive o cuidado de ouvir várias pessoas ligadas ao desporto, tirei as minhas conclusões e também tirei conclusões relacionadas com aquilo que essas pessoas disseram. Não foi soprado, não! Eu não costumo trabalhar à base de sopro, faço aquilo que sei fazer bem ou mal, e por falar em sopro, podíamos falar em ventos e para determinadas pessoas realmente há ventos que neste momento não são os melhores, mas eu pessoalmente não tenho nada com isso; o problema é dessas pessoas.

Tal como eu disse ontem, o desporto é um fenómeno social que tem que ser dirigido da

melhor maneira. Antes do 25 de Abril o desporto em Portugal era usado como um fenómeno de alienação de massas em que havia o futebol e pouco mais, em que as pessoas falavam do futebol e do Eusébio, que tem todo o meu respeito, estou aqui a usá-lo como figura não a desprestigiar o nome nem a pessoa do Eusébio. Portanto, as pessoas falavam de futebol, não falavam da política o que era absolutamente normal. Era uma maneira do capitalismo e do fascismo usarem o desporto, usavam-no numa maneira alienatória e enquanto se falava de desporto, não se falava dos problemas que existiam nessa época.

Eu também não disse, ontem aqui, que não se tinha feito nada pelo desporto na Região. Não disse, nem digo, porque não é verdade. Já muito se fez pelo desporto nesta Região e a prova disso é uma série de infraestruturas que já existem, é o trabalho que nós vemos quando nos dirigimos aos campos, aos polidesportivos e vemos lá uma movimentação bastante grande de atletas. Isto é uma verdade, mas o que eu disse e repito, é que não foi feito da melhor maneira e explico porquê: em minha opinião não existe na Região linhas programáticas para o desporto, porque ele é feito consoante os dirigentes que estão à frente dele. A seguir à regionalização, o desporto nesta Região teve duas caminhadas completamente diferentes: teve um determinado Secretário e um determinado Director Regional que tinham uma linha política para o desporto; posteriormente tivemos outro Secretário Regional e outro Director Regional com outras ideias acerca do desporto, mais especificamente o Director Regional e penso que o actual Director Regional tem uma linha de pensamento muito mais coerente; tem dinamizado o desporto na Região numa maneira muito mais salutar e ele tem avançado, isto de há 2 ou 3 anos a esta parte. Esta é uma opinião que não é só minha, é também uma grande parte dos desportistas e pessoas ligadas ao desporto. Mas, também é preciso saber a quem é que se dirige o desporto, quais as metas a atingir, quais os apoios a conceder às entidades desportivas e quais os critérios para a concessão desses apoios? Eu não sei quais são esses critérios e julgo que uma grande parte dos Srs. Deputados aqui presentes também não sabem.

Eu ontem falei em desporto escolar, mas ele neste momento, na Região, não existe. Existe o desporto na escola, que praticamente está resumido ao clube escolar, ou seja, a população escolar limita-se a praticar desporto dentro da sua escola. Não há aquele intercâmbio entre escolas como já houve, porque eu lembro-me de, há alguns anos atrás, ver na Escola Secundária da Horta mais uma centena de alunos, de várias escolas da Região, que se reuniram aqui a praticar vários desportos. Há já alguns anos que deixou

de existir esse intercâmbio inter-ilhas. Portanto, não existe um desporto escolar.

Em relação ao desporto infantil, ele existe só nalgumas ilhas da Região. O desporto infantil é muito importante, porque a educação desportiva tem que começar quanto mais cedo melhor, portanto tem que começar pelas crianças e a partir daí é que elas se vão adaptar e serem mais receptivas ao desporto.

O desporto praticado pelos jovens dos escalões etários da responsabilidade da Direcção Regional de Educação Física e Desportos funciona, porque existe delegações da D.R.E.F.D. em quase todas as ilhas, que movimentam muitos ou poucos consoante a capacidade e a iniciativa do dirigente desportivo local e dos elementos ligados a essas delegações, mas também varia consoante a óptica desportiva da cada delegado. Portanto, não há uma linha definida; nós continuamos a não saber, para determinadas ilhas, qual é o tipo de desporto que se vai praticar, porque há ilhas que são vocacionadas, por natureza, para um tipo de desporto que outras não são. Nós continuamos a não saber qual é o desporto que será incentivado nalgumas ilhas e noutras não. Isto não pode ser assim. Tem havido cimeiras desportivas e as pessoas quando se sentam à mesa têm que fazer um plano, porque senão continuamos a correr o risco dum atleta praticar várias modalidades, e dou como exemplo a cidade da Horta, em que um jovem pratica 4 ou 5 modalidades...

**Presidente:** Chamo a atenção do Sr. Deputado, de que falta só um minuto para terminar o seu tempo.

**O Orador:** Terminou já, Sr. Presidente.

...O que em minha opinião, e não só, não é saudável nem ele se tornará um bom atleta. Ele pode praticar vários desportos, apesar que a Direcção Regional já tem uma determinada limitação, mas haverá uma modalidade em que ele será vocacionado e é aí que ele tem que ser incentivado para melhorar as suas qualidades como atleta.

Eu tinha ainda várias questões para abordar aqui, mas por razões de tempo não me é possível. Entretanto, há uma que eu ontem referi aqui, que se relaciona com o INATEL e que eu gostaria de dizer o seguinte: a Região Autónoma da Madeira tem um protocolo assinado com o INATEL no Continente, que facilita duma maneira enorme o trabalho e os benefícios que daí se retiram para o INATEL na Região Autónoma da Madeira, porque o INATEL tem uma máquina burocrática extremamente pesada e como exemplo posso-vos dizer que o INATEL aqui na Horta se quiser dar uma raquete de ténis de mesa para um jogador, tem que pedir autorização a Lisboa que por sua vez diz que sim ao delegado do INATEL na Terceira e este dará autorização ao INATEL na Horta. Isto assim não funciona!...

**Presidente:** Peça que abrevie a sua exposição

porque já esgotou o seu tempo.

**O Orador:** Terminou já, Sr. Presidente.

...Portanto, era isto que eu queria deixar aqui e reafirmar que o desporto que existe na Região, não existe é da melhor forma.

Muito obrigado.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Não havendo mais inscrições para este período de Antes da Ordem do Dia, vamos passar à Ordem do Dia.

O nosso 1º primeiro ponto são as **declarações de voto sobre as Propostas do Plano e Orçamento para 1987.**

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota, por um período máximo de 10 minutos.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Declaração de voto

A actuação política do PCP é pautada pelos princípios democráticos que defende, pelos objectivos de progresso e justiça social que são a razão da sua luta, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e de todas as classes e camadas mais desfavorecidas.

A actuação política do PCP desenvolve-se no quadro constitucional em vigor e é realizada com empenho e esforço visando contribuir para que seja possível virem a encontrarem-se, no País e na Região, soluções políticas mais compatíveis com os princípios constitucionais em vigor e favoráveis aos que vivem do seu trabalho por conta de outrem ou por conta própria.

Todas as atitudes políticas do PCP são definidas no quadro de princípios e objectivos atrás apontados e o mesmo, naturalmente, aconteceu com a votação do Plano e do Orçamento para 87.

Assim sendo a posição do Deputado do PCP teria que ser a de recusar o Plano e o Orçamento para 1987.

O Plano é construído a partir das ideias fundamentais que estão na base da política do Governo Regional.

O Plano, nas suas insuficiências, na sua falta de rigor, no seu triunfalismo programático reflecte o estilo de um poder que segue a máxima segundo a qual vale mais parecer do que são.

O Plano, na articulação dos seus programas, nas suas clamorosas omissões, na concepção e selecção dos projectos, na incoerência de muitas dotações, não é principalmente um documento tecnicamente mal feito, mas sim, um documento deliberadamente elaborado para reflectir uma opção política fundamentalmente injusta.

A situação económica regional, apesar da conjuntura favorável, não é de molde a ter reflexos positivos visíveis na vida da maioria deste



povo.

A situação social é marcada pelo recrudescimento de situações de extrema carência que têm o nome de pobreza e miséria.

O tempo corre veloz para o século XXI, mas o poder regional actualmente existente nada faz de profundo e com convicção para que sejam ultrapassadas situações perfeitamente inaceitáveis e só justificadas pela natureza de classe deste poder, contrária aos interesses dos mais desfavorecidos.

São muitas as grandes carências que não têm tido o tratamento prioritário e aprofundado e adequado que seria necessário terem.

A Representação Parlamentar do PCP acusa firmemente o Governo de ter uma política assente em muitas opções injustas.

A resolução de muitos problemas sociais tem sido impossibilitada por uma política económica assente, em parte, não num sentido de multiplicação de investimentos, mas sim num sentido claro da distribuição de subsídios e incentivos sem efeito multiplicador assinalável.

O Governo tem uma política de habitação, mas essa política não visa resolver os graves problemas de habitação das camadas mais desfavorecidas.

O Governo tem uma política educativa mas não se detectam na prática esforços empenhados para combater, pela criação de condições económicas, sociais e culturais adequadas, a fuga à escolaridade obrigatória, não se vê o combate ao analfabetismo, não se vê vontade de generalizar a educação pré-escolar, etc..

O Governo repete insistentemente que o seu grande objectivo é criar emprego, mas a verdade é que a precaridade do emprego é vastíssima, o sub-emprego alastra e o desemprego persiste. As ilegalidades cometidas sobre os direitos dos trabalhadores são permanentes.

O Governo reconhece existir uma conjuntura económica favorável mas não faz reverter a favor de uma política mais favorável à maioria da população tal conjuntura favorável.

A política deste Governo, expressa no Plano, é, numa palavra, uma política que visa manter e aprofundar as injustiças e diferenças sociais gritantes que atravessam e marcam esta sociedade. Favorecer os já muito favorecidos é o lema desta política.

Para que esta política suceda não venha a comprometer um sistema político certo - a autonomia constitucional - há que dinamizar a luta por forma a que se venham a obter transformações democráticas visíveis.

Tudo o que está expresso no Plano e no Orçamento foi discutido e aprovado apenas na generalidade.

A maioria consagra assim a "infelicidade"

do Governo e o Governo cultiva assim o autoritarismo como método preferido.

Todas estas razões fundamentam o firme voto do PCP contra o Plano e o Orçamento para 1987.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Declaração de voto

Ao longo do debate sobre o Plano e o Orçamento Regionais os deputados da Representação Parlamentar do CDS tiveram oportunidade de expressar desenvolvidamente a sua posição sobre aqueles dois documentos.

Relativamente ao Plano, como se impunha, a nossa análise foi mais minuciosa tendo-se mesmo tentado dissecar os principais aspectos nele contidos.

Daf que a posição de rejeição do Plano assumida pela Representação Parlamentar do CDS tenha decorrido lógica e coerentemente das análises efectuadas ao documento que, repita-se em abono da verdade, apresenta graves lacunas estruturais bem como deficiências de forma que se julgavam já ultrapassadas após 10 anos de experiência autonómica.

Por outro lado e no que respeita à Proposta de Orçamento a nossa posição de abstenção pretende reconhecer o maior cuidado e a apreciável honestidade técnica que o Governo Regional introduziu na preparação do Orçamento.

Seja como fôr o Governo Regional terá ao seu dispôr para 1987 avultados meios financeiros para intervir na sociedade açoriana.

A sua actividade no fomento de obras públicas será naturalmente substancial e, estamos certos, um grande número das infraestruturas a promover ou a dar continuidade de execução, terá o próprio consenso desta Assembleia.

Quanto ao desenvolvimento de algumas políticas sectoriais que não estão devidamente explanadas no Plano aguarda-se que a prática governativa apresente substanciais melhorias em relação ao passado, porque só assim a Região poderá beneficiar duma conjuntura altamente favorável que cabe a este Governo maximizar em proveito de todos os açorianos.

É exercício inadequado para fundamentar a racionalidade e a justeza das políticas governamentais, introduzir comparações estáticas entre o que éramos há 10, 20 ou 30 anos atrás e o que somos agora, sem se ter em conta as muitas dezenas de milhões de contos que estiveram ao dispôr da administração regional, exactamente para mudar a face da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Ceguinho da Serreta que se fosse deputado talvez não votasse o Plano se tivesse a possibilidade de orientar a aplicação desses milhões

de contos ao longo de 10 anos também teria obra feita nos Açores.

Se seria inferior ou não só Deus o saberá.  
Disse.

(Risos do PS e do PCP)

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Declaração de voto

Qualquer crítico minimamente atento, que assistisse à representação da peça "Plano e Orçamento para 1987", cuja ante-estreia foi irónica mas realisticamente encenada por um meu camarada de bancada teceria, de certo, duras críticas à monotonia bocejante que caracterizou a vivência destes dias parlamentares ditos de discussão.

Sem virem à tona conflitos processuais, soterrados que estão os anseios de mudança, os tais deputados truculentos autores potenciais de uma transfiguração das propostas em causa ficaram-se por uma mera representação, por vezes impregnada de um certo acaloramento, quase sempre sem chama, de um espectáculo requentado. Porquê?

Deputados há, nesta Câmara, que depois de aturados trabalhos nas Comissões se prepararam para intervirem em áreas com as quais, normalmente se identificam por vínculos profissionais, por gosto, quiçá, por necessidade. Pesquisaram, inventariaram, dialogaram, auscultaram, na mira de um trabalho marcado de eficácia colaborante numa intenção talvez remota de inverter factores, corrigir assimetrias, alterar projectos com achegas válidas. Puro engano!

Ao esforço sério do deputado corresponde a aridez ambiental marcada por bocejos, àpartes desfazados, enervante burburinho com uma ou outra virotada brandida, por vezes, no secundário, no supérfluo, no terminológico! Ou cai-se, invariavelmente, na abundância discursiva-lendatória com laivos de exagero, que alguns arremedos de investida não maculam, em testemunho público de fidelidade à causa que mais não seja para cumprimento do preceituado acto quaresmal de desobriga, no caso vertente, acto outonal de desobriga parlamentar.

A inversa de outras sessões desta Assembleia. Porquê? Porque tudo, incluindo a mera sugestão, esbarra na prepotência impante dos factos consumados. Na irreduzibilidade, na imutabilidade. Como Pilatos, ao sofrer pressões dos Judeus para alteração no legendado em tira de pano que encimou a cruz de Cristo em Sexta-feira maior, como Pilatos, este Governo é categórico: Quod Scripi Scripsit. O que escrevi, está escrito. Pronto! E se aparecerem sinais de inquietação ou avultar algum resquício de remorso, os Pilatos,

como fez o da Bfblia, atirarão umas ferroadas aos inimigos e lavarão as mãos envolvendo-as, purificadas, na toalha azul e branca da Autonomia Democrática!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem plena consciência de ter produzido, nesta sessão um trabalho válido e oportuno imbuído nas bases programáticas da Opção PS/Açores. Voz sem proveito, gesto sem ressonância? Não antecipemos julgamentos.

Reconhecendo, embora, aspectos válidos nos documentos em apreciação, o nosso posicionamento, a nossa perspectiva são outros em relação a pontos fundamentais, como ficou sobejamente demonstrado durante estes dias. O que é normal e legítimo. Mais, no Plano teima-se em desbobinar objectivos nunca conseguidos; persiste-se no uso e abuso da inscrição de verbas não desagregáveis, sem qualquer razão técnica em alguns casos, denunciando atitudes menos defensáveis que podem resvalar para uma política de compadrio, alicerçada numa falsa concepção de moral e de justiça.

Daf o sentido do nosso voto.

Deste sinal "não" não decorrem implicações para a álgebra da vida açoriana. Mas fica o alerta.

E não nos venham rotular de cultivadores de crítica destrutiva, ou pior, e muito pior, de inimigos desta Autonomia e por tabela deste Governo. Nós não somos inimigos de ninguém. Os inimigos da Autonomia são outros como muito bem foi frisado nesta Câmara. Esses sim (miséria, fome, alcoolismo, dificuldades de acesso à cultura, à saúde, etc.) esses sim, repito, são os verdadeiros inimigos da Autonomia, que queríamos e queremos ajudar a combater, que queríamos e queremos ajudar a eliminar. Não nos deixaram. Paciência.

O que estava escrito, ficou escrito! Mas não desanimamos. Prevalecerá sempre o nosso empenhamento. De certeza, jamais lavaremos as mãos.

Disse.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

**Deputado Jorge Cruz (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou favoravelmente o Plano e Orçamento para 1987, porque considera que estes documentos reúnem um conjunto de programas, projectos e medidas de política adaptadas à realidade sócio-económica regional.

O Plano e Orçamento elaborados no quadro dos grandes objectivos de médio prazo, prevê aplicar na Região, os seus recursos humanos, materiais e financeiros, colocando-os ao serviço do bem público e especialmente das camadas mais desfavorecidas.

E para os extratos mais desfavorecidos que se dirige em 1º lugar a política social democrata e é nela que reside a nossa particular atenção, pensando implementar medidas que potenciem o desenvolvimento em cada uma das 9 ilhas.

Esta política de desenvolvimento equilibrado, resultou benefcios indesmentíveis para todas as ilhas quer no seu todo económico quer no seu tecido social.

Portos e aeroportos, escolas, hospitais e centros de saúde, habitação, formação profissional, estradas e caminhos de penetração, incremento das pescas e do turismo tem sido o resultado de uma política de promoção social democrata, que nos orgulhamos de implementar e servir.

São os resultados de uma política que nos imprime cada vez mais força e maior vontade para continuar a servir, na esperança de que a obra que está feita e o que muito falta para fazer, constitui a nossa melhor maneira de servir esta Região e o seu povo.

Os grandes objectivos de desenvolvimento para 1987 estão fixados. De resto já tinham sido fixados no Plano de Médio Prazo. Agora apenas se elegeu e se prestigiou alguns deles, nomeadamente o reforço e modernização da estrutura produtiva regional, a redução das nossas despesas exteriores e a promoção da qualidade de vida do povo açoriano.

A nível dos sectores sociais, o Governo irá continuar com a política de construção de infraestruturas e equipamentos de educação social e de apoio a diversas extratos sociais mais desfavorecidos.

Estas acções são tanto mais necessárias porquanto defendemos como princípio que sem educação e sem saúde a Região não pode mudar.

A educação e a saúde são factores fulcrais do processo de desenvolvimento e condições indispensáveis à mudança.

Em outro campo, as dotações para a habitação, urbanismo e ambiente que avultam no conjunto dos sectores sociais, representam o interesse e o apoio governamental às grandes carências existentes no sector da habitação e a resposta adequada às iniciativas que aparecem por parte dos jovens casais.

O nosso voto favorável foi dado não só pelo enunciado coerente de objectivos e de acções formuladas, mas também pelos resultados de uma política de governação de 10 anos.

Não há dúvidas que ela serviu o povo açoriano, não há dúvidas de que só temos boas razões para

nos animar e não há dúvidas de que, não como Pilatos mas como homens de bem, vamos continuar a servir bem esta Região, **com empenho, dedicação e espírito renovado.**

(Aplausos e vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

**Presidente:** Acabámos o nosso 1º ponto da nossa Ordem do Dia.

A pedido do Partido Social Democrata vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 11.10 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 12.20 horas)

Vamos entrar no 2º ponto de nossa Ordem do Dia que é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a gratificação a atribuir aos responsáveis pela gestão das escolas.**

Em relação a este ponto, cinco Deputados do Partido Social Democrata apresentam o seguinte requerimento:

"Nos termos do artigo 137º do Regimento da Assembleia Regional, o PSD requer a baixa à Comissão dos Assuntos Sociais da Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa atribuir gratificações aos responsáveis pela gestão das escolas".

Nos termos regimentais, vou pôr este requerimento à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estão como estão.

**Secretário:** O requerimento foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz, para uma declaração de voto.

**Deputado Jorge Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata achou por bem fazer o presente requerimento, na medida em que o parecer da Comissão dos Assuntos Sociais sobre esta matéria e a proposta de diploma que foi presente não faz a devida articulação e enquadramento devido à Região, sobre o despacho 40/85, da Secretaria de Estado, relativo à gestão democrática e sobre os encarregados de direcção e o Decreto Regulamentar Regional nº 32/86/A de 12 de Setembro.

Portanto, é à luz desta falta de articulação e destes diplomas que têm que ser devidamente ponderados a presente proposta, que o Partido Social Democrata acha que deve ser tratado numa forma global.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou também favoravelmente este requerimento, porque apresentou a esta Câmara, no ano transacto, um Projecto de Decreto Legislativo Regional que mereceu a aprovação unânime da Assembleia e para o qual tinham sido ouvidos o Sindicato dos Professores da Região/Açores, as Direcções Escolares de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada e que todos eles tinham dado o seu acordo unânime ao decreto de então em discussão, que veio a ter o nº 15/85/A.

No decorrer dos debates desse diploma o Grupo Parlamentar do Partido Socialista procurou ser bem claro, a quem pretendia que aquele diploma fosse aplicado e recorde que nessa data indicámos rigorosamente o número de escolas, o número de professores a quem seria aplicado o diploma, e que, volto a lembrar, está registado no Diário das Sessões nº 33, de 31 de Outubro de 85, e que era o número de 19 escolas até 5 lugares, que são aquelas a cujos directores de escola nós prevemos contemplar no artigo 1º do projecto ora em apreciação, isso nós dissemo-lo nessa data.

Igualmente consideramos que, através do Decreto Regulamentar Regional nº 32/86/A, não está lá consagrada a figura de encarregado de direcção, mas sim o director de escola e o Conselho Escolar.

Também no Despacho Normativo nº 98/86 são atribuídas as funções ao director de escola, não se falando novamente em encarregado de direcção.

Posto isto, nós entendemos que, de facto, este documento não devia, inclusivamente, ter sido apresentado a esta Câmara.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma declaração de voto.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do PCP votou igualmente de forma favorável o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, porque entende, por um lado, que este assunto tem que ser clarificado rapidamente, mas por outro, tem que ser feito com a maior correcção possível. Daí que, a melhor instância para o assunto ser ponderado seja, exactamente, a Comissão dos Assuntos Sociais.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No nosso voto favorável ao requerimento está envolvida uma congratulação pela decisão de fazer baixar esta matéria de novo à Comissão, vindo ao encontro do nosso ponto de vista, porque, de facto, o que interessa é procurar a melhor solução possível, de acordo com os mecanismos desta Assembleia, e não o que parecia razoável

aplicar rigidamente conceitos que infelizmente já vigoraram nesta Assembleia e nessa mesma Comissão dos Assuntos Sociais, porque se assim fosse, o que esta Assembleia teria a fazer era rejeitar pura e simplesmente na generalidade esse diploma. Não o fez; congratulamo-nos com isso. Vem ao encontro do nosso entendimento, de como se deve trabalhar nesta Casa e achamos que é oportuno reformular o diploma.

**Presidente:** Este diploma baixa à Comissão dos Assuntos Sociais.

Vamos passar ao 3º ponto da nossa Ordem do Dia que é uma **Proposta de Resolução sobre a criação duma Comissão Eventual para acompanhamento das acções relativas à implementação da Zona Franca de Santa Maria.**

Esta proposta é assinada pelos Srs. Deputados José Dinis Resendes, João de Sousa Braga e Manuel da Costa Melo.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados proponentes quer apresentar a proposta.

(Afirmativa inaudível do Sr. Deputado José Dinis Resendes)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Dinis Resendes para fazer a apresentação.

**Deputado José Dinis Resendes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta de criação de uma Comissão Eventual para acompanhamento do projecto relativo à implantação da Zona Franca de Santa Maria apresentada pelos deputados eleitos pelo círculo eleitoral daquela ilha traduz, nem mais nem menos, a séria preocupação e o desejo veemente de se ver concretizado, o mais breve possível, um empreendimento que consideramos de fundamental importância para o desenvolvimento económico, social e cultural da Ilha de Santa Maria com reflexos em toda a Região.

A circunstância desta Assembleia passar a acompanhar, mais de perto, tudo o que se relacione com a implementação da Zona Franca de Santa Maria, através de uma Comissão criada expressamente para o efeito, virá sem dúvida alguma, contribuir positivamente para a concretização dos objectivos preconizados nos diplomas já aprovados relativamente a esta matéria e acabar com os empolamentos que se têm levantado à volta deste assunto, que entendemos ser de grande complexidade.

Não podem esta Assembleia, nem a população da Ilha de Santa Maria, continuar menos informadas, para não dizer ausentes, de um assunto tão candente e que muitos têm receio que venha a falhar.

A Zona Franca de Santa Maria nos moldes consagrados no Dec.-Lei nº 34/82 de 4 de Fevereiro, deverá merecer o nosso total apoio através das vias que julgamos mais eficazes.

Os marienses têm os olhos postos na Zona Franca de Santa Maria, como última esperança que lhes resta, para a saída da crise em que se encontram mergulhados.

Por isso, os deputados da Ilha de Santa Maria, independentemente do Partido a que pertencem, comungando das mesmas preocupações, do mesmo sentir do povo que os elegeu, não podiam deixar esta iniciativa, numa tentativa última de ficar esclarecido de uma vez por todas, sem disfarces ou ambiguidades, onde começa e onde acaba a Zona Franca e qual o papel, no fim de contas, que a Ilha da Santa Maria representa em todo este processo.

Estamos convictos que a criação desta Comissão Eventual irá habilitar com o máximo rigor e regularidade, esta Câmara bem como toda a população sobre a situação e desenvolvimento da Zona Franca.

Tendo em conta o fim a que se destina esta Comissão entendemos que seria de toda a conveniência e utilidade que esta Câmara desse o seu voto favorável à proposta de resolução em apreço.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Nos termos regimentais, a Mesa recebe inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi com bastante estranheza que constatamos nessa proposta de resolução a forma que os proponentes aqui apresentam para a constituição dessa Comissão.

Não tivemos qualquer dúvida quanto ao objecto da proposta em si e agora à posteriori o parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros que, julgamos, adianta razões adicionais, se é que ainda não existiam, para justificarem essa proposta, só que a composição dessa Comissão que julgo ser caso inédito nesta Assembleia, ao fim de 10 anos de experiência, se circunscrever aos dois Grupos Parlamentares mais representativos. Por conseguinte, parece-nos negativo esse conceito. Admito que em termos práticos, e isto no que concerne à Representação Parlamentar do CDS, pode não ser fácil garantir a presença em todas as Comissões que esta Assembleia entenda pôr em funcionamento. Seja como fôr, é possível estar presente em seis Comissões - e não querendo fazer interpretações alheias, o PCP terá ainda uma situação mais difícil - mas o que consideramos grave na proposta é desde logo circunscrever essa composição por forma a excluir duas Representações Parlamentares desta Assembleia.

Julgo fazer um juízo correcto, desde já, ao admitir as intenções dos proponentes, que não apontam para exclusões de má sintoma. Porém,

solicitava não só um esclarecimento como também deixar aqui uma solução, que muito mais fácil do que isto teria sido eventualmente um protocolo entre os deputados do PSD e do PS, por Santa Maria, e tinham resolvido esse problema em família; se a intenção é envolver a Assembleia Regional, eu sugiro que isso fique devidamente consagrado na proposta que se quer aqui discutir.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para pedidos de esclarecimento.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No essencial estou de acordo com as considerações que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou de fazer, mas queria pedir, sobre este assunto, um esclarecimento muito concreto aos proponentes que é o seguinte: perguntava-lhes se não achariam mais de acordo com uma prática parlamentar sã, terem previamente diligenciado junto das representações parlamentares mais pequenas à volta deste assunto, porque possivelmente estou convencido que teria sido possível encontrar-se uma solução que ao mesmo tempo privilegiasse o reconhecimento da existência destas - são modestas, mas existem - representações parlamentares e ao mesmo juntava isso à operacionalidade e outros argumentos que aí estão que se pretende. Portanto, não teria sido mais curial ter-se encontrado uma solução no âmbito de todos os partidos com assento nesta Assembleia, relativamente à composição dessa Comissão?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Dinis Resendes para esclarecer.

**Deputado José Dinis Resendes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em 27 de Novembro de 1985 apresentámos uma proposta para a criação duma Comissão Eventual, para acompanhamento da Zona Franca de Santa Maria. Nessa proposta estavam incluídos 3 deputados do PSD, 2 do PS, 1 do CDS e o deputado do PCP. Relativamente a esta proposta de resolução, a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros deu o parecer que passo a ler:

"A Comissão tendo em conta a finalidade de que é objecto a criação da referida comissão, assim como as disponibilidades dos deputados, nomeadamente dos pertencentes aos Partidos e Grupos Parlamentares mais pequenos, é de opinião, que nos termos da alínea a) do artigo 31º, a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, habilite o Plenário com os elementos relativos à criação e implementação da Zona Franca de Santa Maria, não se achando assim necessário a criação da referida Comissão".

Com base neste pressuposto entendemos que os deputados eleitos pelo CDS e o deputado do PCP não teriam disponibilidade para fazer parte desta Comissão. E, foi simplesmente por isso, porque se soubessemos que eles estariam na dispo-

sição de fazer parte duma comissão do género, é evidente que os teríamos contactado. Não os excluímos, e uma vez que eles manifestaram o seu interesse em integrarem essa comissão, pois estamos abertos a isso. E, simplesmente uma questão de aumentar o número de elementos nessa Comissão Eventual. As razões foram estas, espero ter esclarecido convenientemente.

**Presidente:** O Sr. Deputado José Decq Mota pede a palavra para?

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Para prestar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento é muito breve e muito simples.

Eu ouvi com muita atenção o Sr. Deputado José Resendes, mas essa opinião que foi aí expressa e esse juízo de valor sobre o ter ou não possibilidade, concretamente do deputado do PCP poder ou não pertencer a essa Comissão, não foi feito por mim; foi feito pela Comissão Permanente dos Assuntos Económicos e Financeiros, da qual eu não faço parte.

Efectivamente pode haver impossibilidade até regimental de participação, agora isto, para mim, é que não pode ser obstáculo a que tivesse sido seguido um caminho mais correcto de se ponderar previamente a questão e logo se veria.

Agradeço o seu esclarecimento, mas esclareço que, essa opinião que fundamentou a vossa decisão, não tenho nada a ver com ela.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

**Deputado Jorge Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros sinto-me obrigado a prestar alguns esclarecimentos, no sentido de não ficar como o mau da fita e o anti-democrático desta situação.

Efectivamente o que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros pensou, foi que uma Comissão mais restrita dava uma maior operacionalidade a acompanhar este processo. Foi apenas neste sentido, sabendo que as Representações Parlamentares mais pequenas têm já dificuldades em estarem em algumas Comissões que já estão, que se propôs um tipo de composição como esta.

Pois, fica clarificada a intenção, é óbvio que fica por provar o juízo de intenção, mas fica aqui dito o que é que se pensou sobre esta matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Também para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria agradecer o esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado José Resendes, que julgo, em nome dos proponentes e faço a abertura, desde já, declarada a esta Assembleia para se corrigir eventualmente o espírito da proposta.

Na sequência dos sucessivos esclarecimentos, gostaria de prestar o seguinte esclarecimento: pessoalmente também sou sensível à operacionalidade que deve revestir um trabalho que requer alguma permanência de acompanhamento por um lado; por outro lado julgo que continua a haver razão de ser para constituir uma Comissão com estas características que são aqui propostas de acompanhamento, porque no caso concreto - se bem que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, como tinha sido visto inicialmente, pudesse por si desenvolver algum trabalho nesse domínio - não nos podemos esquecer que, por força da prática que está estabelecida nesta Casa, nenhuma Comissão Permanente desta Assembleia possui a representação de todas as bancadas aqui presentes. Foi uma situação precária que foi encontrada na altura como a melhor para esta Assembleia, mas que não deixa de ser precária.

Uma matéria com o âmbito de que esta se reveste, julgo que deveria recair numa Comissão que, por ser especial, reunisse deputados de todas as Representações Parlamentares e pelas regras matemáticas que tem estado subjacentes aqui aos nossos trabalhos e uma vez que a maioria, logicamente, teria que manter idêntica representatividade na Comissão, apontaria logo para 9 pessoas, com a tradicional distribuição de 5-2-1-1.

Portanto, eu sugeria que esta Assembleia votasse a constituição duma Comissão com a representação de todos e que depois - e temos que ter elasticidade suficiente nos nossos trabalhos e bom senso, obviamente, é isso que todos procuram - no âmbito dessa Comissão e na definição do seu método de trabalho se constituísse uma Sub-comissão, para as tarefas que se impusessem como mais urgentes - e até por limitações do nosso Regimento, só podemos estar afectos a três Comissões cada um - composta por 3-2, só que os trabalhos antes de virem a este Plenário e no âmbito da Comissão passariam sempre, digamos pela triagem da tal Comissão composta por 9 elementos, isto é: o resultado final desta Comissão, à partida teria sempre a participação de todos os interesses desta Assembleia. No dia a dia, face às necessidades e às circunstâncias, funcionaria com a elasticidade que fosse considerada como mais aceitável, e desde já reconhecendo que, a ideia de 3 deputados do PSD e 2 do PS, para muitas das tarefas pudesse ser muito operacional, sem prejuízo dos outros, mais que não fosse em duas reuniões - a primeira e a última

- globais, tivessem a sua participação para que não fossem apanhados de surpresa neste Plenário. Enfim, é uma posição que me parece de bom senso, salvaguardava o princípio geral de funcionamento da Assembleia e por outro lado tinha em conta as intenções de operacionalidade que já foram aqui postas.

**Presidente:** Srs. Deputados, suponho que estes esclarecimentos suscitados pela intervenção da apresentação pelo Sr. Deputado José Resendes, estão chegados ao fim. Desta forma, vamos passar à discussão.

A Mesa recebe inscrições para a discussão desta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvaro Monjardino.

**Deputado Alvaro Monjardino (PSD):** Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Intervindo, tardiamente, no que de facto já tem sido a discussão do projecto, para o que estava preparado desde o início, gostaria de exprimir qual é neste momento a opinião do meu Grupo Parlamentar sobre esta matéria.

O Grupo Parlamentar do PSD reflectiu sobre a proposta que estamos a apreciar, ponderou as razões inicialmente apresentadas como fundamentação dessa proposta, ponderou as razões que tinham levado a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros a dar o seu parecer favorável e concluiu que no actual momento a forma mais adequada - e não deixa de ser interessante registar-se agora, que parece vir muito possivelmente a reunir algum consenso, com que, aliás, se não contara nesta ponderação - de se acompanhar o projecto da Zona Franca de Santa Maria não seria a constituição da Comissão tal como vem proposta? Porquê!? E o que vamos tentar explicar:

O Grupo Parlamentar do PSD teve presente posições tomadas à cerca de um ano sobre este assunto, no sentido de entender que uma matéria desta natureza estaria mais adequadamente entregue aos cuidados duma das Comissões Permanentes deste Parlamento, do que propriamente duma Comissão Eventual. Reflectiu concretamente que a ideia de alguma maneira particularista, que claramente se colhe da proposta de constituição da Comissão e que se encontra sublinhada no parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros não é, porventura, a mais adequada para um correcto acompanhamento deste problema.

A Zona Franca de Santa Maria que está neste momento, como se sabe, em processo de possível e desejável nascimento significa uma opção de fundo, cuja importância, repercussões e pressupostos, são extremamente importantes e significativos para toda a Região, sem embargo, o impacto que directamente se fará, de certo, sentir naquela ilha da nossa Região. Mas é um assunto de interesse regional, pelas suas implicações inclusivamente de natureza fiscal, e essas mesmo, logo à partida,

por possíveis efeitos indutores que porventura venham a ter pela mobilização de capacidades locais que eventualmente desencadeiam.

Aliás, não podemos esquecer-lo, esta Assembleia tem por missão acompanhar com todo o cuidado, as medidas, as iniciativas e as tentativas que se façam, nomeadamente, ao nível do Executivo em ordem a promover um progresso desta Região. Ora, dentro duma perspectiva destas, acabámos por ser levados a uma outra reflexão, porque estes assuntos encadeiam sempre entre si, que tem que ver com a própria missão das Comissões Permanentes desta Assembleia.

A função da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros cobre claramente o acompanhamento deste caso. O problema que se põe é, efectivamente, o problema da capacidade da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros que ultimamente, duma forma evidente, tem sido solicitada a dar um número avultado de pareceres, que vai ter mais que os dar, alguns deles, inclusivamente sobre inconstitucionalidades de diplomas que foram devolvidos ou que estão em risco de serem devolvidos a esta Assembleia, o problema que se põe é o da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, tal como está constituída, neste momento, até numericamente, conseguir tomar a peito e acompanhar, com a devida insistência um problema que se coloca neste fim de ano e possivelmente no princípio do ano que vem com particular acuidade. De maneira que, começou a desenhar-se a ideia de que seria mais adequado, para já, que o assunto ficasse entregue à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros que se subdividiria numa sub-comissão que teria como função o papel operacional de formular questões, acompanhar com aquela insistência, que se compreende e que é perfeitamente justa e legítima, estas diligências que neste momento se sabe que estão em curso.

Nessa Comissão poderiam, como se sabe e é possibilidade regimental, ser agregados deputados, mesmo que não afectos, que tenham e revelem capacidade de poder ajudar no tipo de trabalho dessa Comissão. E, além disso, não esqueçamos que todos os deputados têm o direito regimental de participar nos trabalhos, desde que em tempo o requeiram. Desta forma, não está de maneira nenhuma vedada a possibilidade de vários tipos de participação nesta Comissão. O facto de os deputados que são agregados à Comissão não terem voto e o facto daqueles que pedem para participar nos trabalhos também o não terem nem me parece que neste caso tenha qualquer significado prático, quando nós sabemos que este tipo de sub-comissão que irá acompanhar os trabalhos, praticamente não terá outras deliberações a tomar que não sejam aquelas de natureza estritamente processual, ou quanto à escolha de datas de reuniões, ou

quanto ao local onde essas reuniões se possam realizar. Esta Comissão é mais uma Comissão para acompanhar, inquirindo por assim dizer, do que propriamente uma Comissão para dar pareceres e sobretudo pareceres de fundo. É uma Comissão sim, para habilitar o Plenário com informações que vai colher e para colher informações não creio que haja necessidade de se fazerem deliberações de fundo ou de grande complexidade.

Não vale a pena desenvolver mais esta ideia, mas sem dúvida que preciso de deixar aqui uma outra, como uma abertura a qualquer coisa que nós temos que fazer a muito curto prazo. E, o que temos a fazer é, efectivamente, até numa perspectiva de revisão do Regimento, rever o que aqui está já há vários anos estabelecido sobre o que sejam as Comissões. Rever, nomeadamente, o número de participantes naquelas Comissões que clara e experimentalmente se vê que são solicitadas com muito trabalho e uma delas será, concerteza, a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros. Julgamos que vai sendo tempo em se pensar no alargamento do número de membros desta Comissão.

Não podemos esquecer que estas Comissões foram criadas ainda nos anos 70. A última a ser criada foi a Comissão dos Assuntos Internacionais, que foi criada em 1981 e de então para cá muitas coisas mudaram. O tipo de actividades que a estas Comissões está cometido, acompanhar e investigar, tem vindo a definir-se.

Há um ano que Portugal entrou para as Comunidades Europeias e para dar um exemplo, a Comissão dos Assuntos Internacionais, que é aquela a que pertence hoje, tem durante estes últimos tempos olhado, digamos que, predominantemente para os acordos de natureza militar. Começa a sentir já que praticamente metade da sua actividade vai ter que incidir sobre problemas relacionados com a integração europeia e talvez essa também tenha, a todo o tempo, que pensar num alargamento e quem diz esta diz todas as outras.

A Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros que tem todos os anos a função de maior responsabilidade, que é da apreciação global do Plano e do Orçamento, que tem por função a apreciação de tantos diplomas de natureza económica que ultimamente tem vindo a aparecer nesta Região e não nos podemos esquecer que tem, como todas as outras, o trabalho que julgo que nenhuma das nossas Comissões prosseguiu com aquela continuidade desejada, que é o acompanhamento permanente da execução do Plano, pois terão que pensar num reforço dos meios humanos que têm à sua disposição. Isso passa também por uma mobilização maior dos Srs. Deputados.

Nós, nesta legislatura, habituámo-nos a participar em muito poucas Comissões, porque houve inicialmente muitos deputados afectos, agora

que há menos coloca-se claramente o problema de se utilizarem os mecanismos regimentais que permitem que cada deputado possa fazer parte de até 3 Comissões. Evidentemente que isto vai significar na prática um trabalho muito maior e muito mais aturado. Vai talvez significar na prática que tenha que haver reuniões das Comissões, senão de todas, pelo menos de algumas, todas as semanas e só assim é que se compreende - e estou a falar de Comissões Permanentes - que nós tenhamos a instituição da afectação permanente dos Srs. Deputados, porque não se compreende nem é correcto, perante as nossas consciências e perante os olhos do público, que deputados em regime de afectação permanente passem meses sem nenhuma reunião que seja e a única maneira que nós temos de afirmar e de acreditar as nossas instituições, nomeadamente nestes 10 anos que se comemoram da Autonomia Regional, é efectivamente uma afirmação dessas mesmas instituições e como sempre a começar pela nossa própria Casa, isto é: começar pelo nosso plano interno.

É dentro desta perspectiva que, sem qualquer acrimónia, este Grupo Parlamentar se vai pronunciar contra a proposta, mas lançando, desde já, uma ideia que creio positiva em que julga ir encontrar uma compreensão e até um apoio por parte de todos os membros desta Assembleia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para me pronunciar sobre a matéria em discussão, mas não posso deixar de iniciar esta breve intervenção com uma nota relativa à intervenção do Sr. Deputado Alvaro Monjardino, que segui com muita atenção, e que reflecte uma perspectiva de defesa da dignidade deste Órgão, dos seus membros e da qualidade do trabalho que produzimos, como Órgão de Governo próprio desta Região.

Queria manifestar a concordância em geral com as questões colocadas e com toda a reflexão apresentada no que toca ao papel e ao trabalho das Comissões Permanentes. No entanto, queria sublinhar, manifestando o meu acordo, que a intervenção do Sr. Deputado Alvaro Monjardino, toda ela é concebida a partir duma ideia não estática e portanto aberta à apreciação destas questões. Os problemas têm evoluído, o volume, a natureza e a qualidade das questões são diferentes e há, de facto, Comissões que precisarão de ser rapidamente repensadas no seu funcionamento e na sua própria composição. O Sr. Deputado Alvaro Monjardino pronunciou-se sempre em termos numéricos, da necessidade de reforçar com meios humanos as Comissões, mas eu abordo o problema



numa outra perspectiva, porque havendo Comissões que sejam alargadas do ponto de vista numérico, pode também ser repensada a composição política delas, porque esse alargamento numérico, em princípio, dá essa possibilidade, o que também penso que pode ser um elemento de valorização não só dessas Comissões, como de todo o trabalho desta Assembleia.

Em relação às questões apresentadas, penso que são oportunas, são necessárias e será muito bom que todos os Partidos aqui representados se disponham a breve trecho a apanhar e acompanhar esta reflexão e estas sugestões e transformá-las nas medidas práticas que sejam necessárias tomar.

Quanto ao problema em questão sobre a Zona Franca de Santa Maria, a nossa opinião à partida é de que, pelas dificuldades óbvias que tem, pela natureza que também está inerente à própria opção que representa, merece da parte desta Assembleia um acompanhamento permanente e intenso. Não me repugna, antes pelo contrário, estou de acordo com a afirmação que foi aqui produzida, segundo a qual, exactamente por esta ideia do acompanhamento ter que ser permanente nesta fase de lançamento e arranque, etc., que o acompanhamento deste assunto caiba perfeitamente no âmbito da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros.

Face a esta nova situação que surgiu da posição do Grupo Parlamentar do PSD, queria expressar, em termos muito rápidos, a posição que a Representação Parlamentar do PCP vai assumir:

Partindo do pressuposto que esta questão merece um acompanhamento intenso e permanente e aceitando a ideia de que este assunto está no âmbito da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros; partindo também do pressuposto que, após a posição aqui assumida, se poderá vir a encarar rapidamente um novo tipo de funcionamento das Comissões ou de alguma delas, a Representação Parlamentar do PCP assumirá a posição de não constituição duma Comissão Eventual, contando assim estar a contribuir para que o trabalho geral das Comissões desta Assembleia possa ser valorizado e reforçado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Escutei com toda a atenção a exposição do Sr. Deputado Alvaro Monjardino e também a do Sr. Deputado José Decq Mota e quero crer, de facto, nas boas intenções e na boa fé que ambos expressaram dentro do que consideraram poder vir a ser o melhor para o funcionamento deste Parlamento. De qualquer forma, o passado recente diz-nos que, entre as perspectivas teóricas

e a prática quotidiana, tem havido um fosso profundo e a experiência também nos diz a nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que manifestações passadas de que era possível encontrar-se outras soluções, que não as preconizadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eram viáveis de execução. A experiência nos diz também que isso não correspondeu na prática às intenções que então se preconizavam, porque eu recorro, por exemplo, que em determinada altura o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de resolução para a constituição duma Comissão Eventual para acompanhamento no âmbito da Comunicação Social. Foi contraposto de que essa matéria tinha pleno cabimento no âmbito da Comissão dos Assuntos Sociais e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aceitando de boa fé, resolveu retirar a sua iniciativa; o certo é que passados vários anos constata-se que a Comissão dos Assuntos Sociais não exerceu qualquer actividade com expressão no acompanhamento no âmbito da Comunicação Social.

Há cerca de um ano, dois deputados do Partido Socialista apresentaram uma iniciativa no sentido da criação duma Comissão Eventual para acompanhamento do processo da Zona Franca de Santa Maria e foi contra argumentado de que não era necessário porque isso tinha pleno cabimento no âmbito da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, mas passado um ano nós verificamos que, de facto, isso não teve uma continuidade prática, expressiva e significativa.

Bom, o que nós pensamos é que as Comissões Permanentes da Assembleia Regional devem ter um funcionamento mais permanente do que tem tido até agora. Isso passa concerteza pelos deputados afectos e passaria com muito mais expressão se fosse possível que muitos deputados que não estão afectos, passassem a estar afectos, porque concerteza teriam e dariam um contributo muito positivo nesta perspectiva.

Por outro lado, nós pensamos também que não é factor impeditivo, mesmo com Comissões Permanentes a funcionarem em pleno, a existência de Comissões Eventuais, porque essas surgem para aspectos muito localizados, seria o caso da Comunicação Social, seria neste caso, que é o que está em discussão, a Zona Franca de Santa Maria.

Portanto, pensamos que nesta matéria vale a pena a constituição duma Comissão Eventual para acompanhar o projecto da Zona Franca de Santa Maria e não é por acaso, que essa iniciativa surge, precisamente, tendo como subscritores o conjunto dos deputados de Santa Maria e não deputados doutro qualquer círculo eleitoral. E porque, de facto, esta matéria é mais sensível aos deputados do círculo de Santa Maria. São eles que sentem os problemas derivados e corres-

pondentes a este assunto. Daí que, eu julgo que sim, tudo seria possível numa Comissão Permanente, neste caso a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, a trabalhar em pleno com todas as possibilidades regimentais dos demais deputados também poderem participar nesses trabalhos, julgo é que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, como todas as outras Comissões, aliás, todas elas com as Presidências situadas no Grupo Parlamentar do PSD, devem ter um trabalho mais efectivo e muito mais positivo, mas que isso não deve ser factor impeditivo da constituição de Comissões Eventuais sempre que situações o requeiram e tenham um significado muito específico. Pensamos que é o caso da Zona Franca de Santa Maria e que nesta situação se justifica plenamente a constituição duma Comissão Eventual.

Como já foi anunciado pelo Deputado José Dinis Resendes, pela nossa parte estamos abertos, e dadas as explicações que aqui foram prestadas nos períodos de esclarecimentos, a que essa Comissão tenha também a Representação do CDS e do PCP.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é para acrescentar nada de novo, nem especialmente nada importante, mas é apenas para acentuar um aspecto ou outro que possa não ter ressaltado ainda desta discussão ou destas reflexões que estão aqui a ser feitas.

A nossa posição, efectivamente, resume-se àquele velho princípio de que "o óptimo é inimigo do bom", e que estamos plenamente de acordo, no aspecto teórico, que tudo pode ser feito por todos, tudo pode ser feito em todas as condições, e todos os deputados, todos os partidos, ou esta Assembleia no seu conjunto podem fazer isso que nós queríamos para uma Comissão de 13 pessoas, inclusivamente podíamos ter proposto, e talvez até fosse mais ajustado, uma Comissão de 13 técnicos que pudessem fazer o acompanhamento, e é isso que se quer, no dia a dia, hora a hora em que as coisas vão sucedendo e também com o conteúdo que este próprio acompanhamento devia ter.

Não fomos por essa modalidade porque não está suficientemente experimentada entre nós, mas fomos para aquela que os falhanços sucessivos de outras tentativas nos empurraram como parecendo aquela que preenchia os objectivos que, efectivamente, se pretendem que é esta Assembleia poder estar a par e passo das iniciativas e das decisões que podem ter um ritmo mais continuado ou ter um ritmo mais lento, mas que houvesse uma solução de carácter prático e por isso mesmo desse a solução.

Não se teve presente nem a preocupação de incluir toda a gente, nem se teve arredada a ideia de que isso também seria possível fazer doutra forma. Julgamos que esta, que propomos, é uma boa solução, sem que rejeitemos por isso a possibilidade teoricamente de haver melhores soluções, só que essas melhores soluções acabam por ficar no teórico e não terem qualquer consequências práticas.

Portanto, por tudo o que fica referido, levamos a que mantenhamos como boa essa proposta e que poderia dar a esta Assembleia aquilo que ela necessita, que é ter a segurança de que este assunto está a ser acompanhado pela Assembleia. O instrumento não nos preocupa muito, mas continuamos a pensar é que esse, efectivamente, era o melhor, de maneira que é essa a posição que teremos, quer agora na apreciação quer na votação daquilo que foi apresentado pelo PSD.

Portanto, esta proposta tem defeitos, mas mais vale caminhar com a consciência dos defeitos que uma proposta tem, do que ficar, como até agora tem sucedido, de braços cruzados fazendo muito pouco ou nada, mas atirando sempre para uma perspectiva melhor que não se chega a concretizar. É um pouco de pragmatismo que não fere nenhum dos grandes princípios que aqui foram referidos, mas que leva esta Assembleia a cumprir uma das funções, que neste caso concreto ninguém duvida que ela tem, que é acompanhar este assunto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Álvaro Monjardino, gostava também de fazer uma curta intervenção para dizer que concordo inteiramente com as orientações que da intervenção do Sr. Deputado ressaltam e gostaria mesmo de saber se isso corresponde a uma firme determinação de rapidamente, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, se proceder às alterações estruturais e de funcionamento das Comissões desta Assembleia, porque se efectivamente assim é ainda mais nos satisfaz o que aqui foi dito.

De qualquer forma e tendo também presente muitos aspectos que foram envolvidos na intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, nós não podemos deixar de ter em conta o seguinte: é que os argumentos expostos e dada também muitas vezes a dificuldade de pôr em prática essas intenções, podem talvez não ser suficientes para justificar a rejeição dessa proposta aqui presente pelos três deputados de Santa Maria. Isto para mim, como já aqui foi dito, tem um significado muito especial. Entendo, pois, que a Assembleia deveria dar andamento a essa iniciativa, porque tem realmente fundamento e no entanto se for possível, e a ver vamos, que se

alterem a estrutura, a composição e o método de funcionamento das nossas Comissões por forma a que elas contenham a resposta capaz de tornar injustificável a continuação desta Comissão Eventual, pois é lógico; ela na altura própria será extinta e integrada nas Comissões entretanto renovadas e alteradas que funcionam permanentemente nesta Assembleia.

Parece-me é que, efectivamente, a ideia muito correcta, expressa pelo Dr. Álvaro Monjardino, pelo que em nome do Grupo Parlamentar do PSD, sobre as medidas urgentes a introduzir nas Comissões, não deva servir de pretexto para se rejeitar esta iniciativa e isto porque, francamente, há todo um passado recente que temos presente, que é o caso, ainda há bem pouco tempo, duma proposta do Sr. Deputado José Decq Mota, no sentido de se fazerem alterações ao enquadramento orçamental, proposta essa que entrou, com o mérito que tem ou não, na sua altura própria, que baixou à Comissão competente e que foi congelada na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, da qual também faço parte, porque o Governo declarou aqui que ia apresentar uma iniciativa legislativa.

Na altura houve unanimidade na Comissão sobre isso; pois se o Governo vai apresentar nós esperamos. Já se esperou, os meses passam, já votamos mais um Plano e um Orçamento e o Governo ainda não apresentou a sua proposta e isto quando temos uma forte pressão, que é a própria discussão que neste momento envolve a alteração ao Estatuto e que tem incidência também na alínea g) do artigo 26º, mas apesar de tudo isto não conhecemos a proposta governamental. Ora bem, são situações que ocorrem e que no fundo introduzem a dúvida, porque a intenção é uma coisa e depois o funcionamento prático é outro.

Portanto, o nosso ponto de vista é que esta Assembleia deixe avançar essa proposta como os seus proponentes conscientemente aqui apresentaram, com as correcções que se entender indispensáveis em termos de composição e oxalá, digo eu, que daqui a dois ou três meses nós dissessemos que essa Comissão Eventual não tem razão de ser, porque temos as nossas Comissões estruturadas e o trabalho que lhe estava destinado passa para as outras. E este o nosso ponto de vista.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Natalino Viveiros.

**Deputado Natalino Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para uma pequena precisão, porque o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em determinada altura empregou esta frase: "julgo que o Sr. Deputado Álvaro Monjardino falava em nome do Grupo Parlamentar do PSD".

De facto assim foi. O Sr. Deputado Álvaro Monjardino falou em nome do Grupo Parlamentar

do PSD, disse o que é que nós pensávamos sobre esta matéria e, enfim, está expresso e é nosso entendimento que passado este período se reveja, de facto, alguns pontos importantes do Regimento, aliás, certamente, até com o contributo muito valiosíssimo também do Sr. Deputado que poderá até tomar a iniciativa desta matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nesta minha segunda intervenção, antes de mais nada, queria salientar um aspecto: a discussão deste tema está a suscitar uma discussão duma outra questão mais geral, muito importante e que tem a ver com o próprio funcionamento desta Assembleia.

De tudo o que aqui foi dito, e estou-me a referir uma vez mais à intervenção do Sr. Deputado Álvaro Monjardino, infere-se que se pensa e é o pensamento do Grupo Parlamentar do PSD, neste momento, ser necessário rever a composição das Comissões ou de algumas delas, em função das evoluções políticas que motivam trabalhos mais intensos e diferentes, nesta sequência ser necessário rever a própria intensidade do trabalho das Comissões e ainda nesta sequência, ser necessário que muitos de nós, deputados, ponderemos a nossa participação nessas Comissões. Eu tenho a ideia que esta questão posta assim é extremamente importante; esta questão posta assim pelo Grupo Parlamentar da maioria não pode deixar de ser entendida senão como uma manifestação duma intenção clara e dum compromisso político, no sentido de se, através dos mecanismos que sejam possíveis e regimentais, ponderar a alteração destas questões. E assim que a Representação Parlamentar do PCP toma, no plano político, as declarações que foram aqui feitas e valoriza-as, porque o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt disse, e bem, que em várias outras ocasiões certas Comissões Eventuais propostas não foram aceites, tendo em conta que as respectivas Comissões Permanentes poderiam abranger essas áreas de trabalho e de observação.

Eu faço notar, contudo, que há uma diferença e uma diferença extremamente importante: é que, nessa altura quando o Grupo Parlamentar do PSD recusava essas Comissões Eventuais dizia só que as Comissões Permanentes iriam acompanhar; hoje disse isso, mas disse mais, reconheceu a dificuldade das Comissões Permanentes, reconheceu que várias delas têm que sofrer alterações, reconheceu que - e está explícito, penso que não é abusiva a conclusão - o estilo do trabalho das Comissões em vários dos seus aspectos, nomeadamente em intensidade tem que ser modificado. Penso que isto é extremamente importante.

Contudo, também não deixa de ser importante

a questão posta pelos Srs. Deputados subscritores da proposta de resolução agora em apreciação. E outra questão.

No entanto, penso que nós na apreciação destas questões temos que ponderar, em termos paralelos, estas duas questões que existem. Sendo a questão da Zona Franca de Santa Maria extremamente importante, sendo o problema da mudança de funcionamento das Comissões Permanentes da Assembleia também extremamente importantes, penso que se deve aproveitar esta oportunidade para, não constituindo a Comissão Eventual para acompanhar a Zona Franca de Santa Maria, se estar já a actuar no sentido de se introduzir uma mudança profunda no trabalho das Comissões.

E esta é a nossa posição, como já afirmei na minha primeira intervenção. Vamos mantê-la e portanto não vamos aprovar a constituição da Comissão Eventual.

No entanto, queria também deixar claro que depois desta declaração política, fundamentada e formal que aqui é posta pelo PSD à volta deste assunto, não seria a nosso ver politicamente justificado que chegássemos daqui a 2 ou 3 meses e afinal tivesse tudo na mesma e não houvesse passos dados. Nessa altura, efectivamente, teríamos que concluir que se perdeu uma riquíssima oportunidade de se valorizar muito o trabalho desta Assembleia Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Dinis Resendes.

**Deputado José Dinis Resendes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voltando novamente ao caso concreto da Comissão Eventual, eu entendo que pela prática que tenho tido nesta Assembleia, que é pouca, tenho verificado que realmente a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros no que diz concretamente respeito ao acompanhamento da Zona Franca, não o fez da forma que seria desejável. Não vou criticar a sua acção porque é evidente que também compreendo que tem imensos processos em análise, tem imenso trabalho, razão pela qual nós apresentamos uma proposta deste género. Aliás, o próprio Regimento contempla a criação de Comissões Eventuais precisamente para tratar de assuntos assim importantes, assuntos de grande relevância. A não ser assim, a existência das restantes Comissões conforme prevê o próprio Regimento, não teria cabimento a existência de Comissões Eventuais.

Portanto, mantenho a posição de que deva ser formada a Comissão Eventual para acompanhamento da Zona Franca que, sem dúvida, terá muito mais eficácia que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros ou qualquer outra, mesmo que a mesma até seja alargada, porque se irá dedicar com muito mais afinco, com muito mais assiduidade

sobre esta questão.

**Presidente:** Srs. Deputados, não há mais inscrições para este assunto, de forma que passaremos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 16 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP e registou 9 votos do PS, 1 do CDS e do PSD a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma declaração de voto.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em muito breves palavras queria declarar que votei contra esta proposta de resolução, por entender que as declarações aqui prestadas pelo Grupo Parlamentar do PSD no que interessa à revisão global e geral das Comissões parlamentares abrem a possibilidade concreta de rapidamente se poder vir a evoluir num assunto que interessa extremamente ao funcionamento e à qualidade de trabalho desta Assembleia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PS pensa que se perdeu, efectivamente, uma oportunidade de se dar mais um passo no sentido da eficácia com a perspectiva um pedaço atirada para um horizonte mais ou menos longínquo de tudo melhorar. Não se fez o que era possível fazer porque se pretende fazer, não se sabe quando, aquilo que é efectivamente o que será a idade de ouro de funcionamento desta Assembleia. Nós não nos preocupamos com a idade de ouro da Assembleia, procuramos actuar na idade da pedra ou de ferro em que vivemos.

Por isso só podíamos consequentemente votar favoravelmente a nossa própria proposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvaro Monjardino para uma declaração de voto.

**Deputado Alvaro Monjardino (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou em conformidade com a posição que aqui tinha sido desenhada e aproveita para reafirmar o seguinte:

Com esta posição pretendeu-se alargar o interesse suscitado com o problema levantado sobre a Zona Franca de Santa Maria, para um estilo de trabalho que esta Assembleia terá que instaurar imediatamente. E isto que se pretende declarar.

Ultrapassando a fase talvez cruamente tratada

de "pariolítica" pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu julgo que esta Assembleia tem ao seu alcance a possibilidade imediata de reactivar as suas actividades. Nos tempos que correm, que são difíceis, muito provavelmente vão levar esta Assembleia a um esforço necessário de afirmação institucional, que é um dos elementos, ainda que não o único, de que depende a consolidação da Autonomia Regional que todos desejamos e que todos queremos reforçada, afirmativa e cada vez mais credível. É evidente que isto passa pela efectivação de algumas medidas que aqui se preconizaram, não de todas, note-se bem, porque umas são a todas as luzes imediatas tais como o funcionamento da Sub-comissão, mas a efectivação de algumas das medidas que aqui se apresentaram e que representam a intenção deste Grupo Parlamentar, naturalmente que só poderá efectivar-se com uma revisão do Regimento e isso também, como nós sabemos, não será concertada possível ou pelo menos muito realista pensar que se faça antes de termos o problema do nosso Estatuto resolvido.

Mas, suponho que, quanto a isto, existe uma grande convergência de pontos de vista no sentido de se activar a alteração do Estatuto a que imediatamente se deve seguir a revisão do Regimento que conviria, até por isso, começar desde já a ser pensada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminámos a nossa Ordem do Dia, de forma que a Mesa da Assembleia Regional dos Açores propõe, nos termos do artigo 30º, nº 1 do Estatuto da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia declare findo o período legislativo de Novembro.

Os Srs. Deputados que concordam com esta resolução, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Muito boa tarde e até ao próximo período legislativo de Janeiro.

(Eram 13.30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - João Vasco Paiva, Natalino Viveiros, Reis Leite; PS - José Manuel Bettencourt).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Borges de Carvalho, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, José Leovigildo, Madruga da Costa, Mário Castro, Renato Moura; PS - Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga; CDS - José Ramos Dias).

## DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

### Pedido de fiscalização preventiva da constitucionalidade de todas as normas constantes do Decreto Legislativo Regional nº 30/86:

Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, solicitou a este Tribunal, ao abrigo do disposto nos artigos 278º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa e 57º e seguintes da Lei nº 28/82, de 15 de Novembro, em processo de fiscalização preventiva da constitucionalidade, a apreciação de todas as normas constantes do Decreto Legislativo Regional nº 30/86, artigos 1º, 2º, 3º e 4º, aprovado em 16 de Outubro de 1986.

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54º e 56º, nº 2, da referida Lei nº 28/82, notifico Vossa Excelência para responder, querendo, no prazo de 5 cinco dias, ao referido pedido.

Com os melhores cumprimentos.

**O Presidente do Tribunal Constitucional:**  
Armando Manuel Marques Guedes.

(A cópia do pedido em referência, encontra-se arquivada no respectivo processo).

### Apreciação preventiva da inconstitucionalidade de todas as normas do Decreto Legislativo Regional nº 19/86:

Comunico Vexa que no processo relativo à apreciação preventiva da inconstitucionalidade de todas as normas do Decreto Legislativo Regional nº 19/86, aprovado pela Assembleia Regional dos Açores em 10 de Outubro de 1986, requerida pelo Ministro da República para os Açores, o Tribunal Constitucional decidiu na sua sessão de hoje (25/11/86):

Pronunciar-se pela inconstitucionalidade de todas as normas do Decreto da Assembleia Regional dos Açores, aprovado em 10 de Outubro de 1986, versando a "Orgânica da Segurança Social", com fundamento em violação do artigo 229º, alínea a), conjugado com o artigo 201º, nº 1, alínea c) da Constituição.

Com os melhores cumprimentos.

**O Presidente do Tribunal Constitucional:**  
Armando Manuel Marques Guedes.

P'lo Redactor de 1ª Classe: José Rodrigues da Costa.